

VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica

Volume 16 | Número 1 | Janeiro – Junho 2022

ISSN 1981-5875

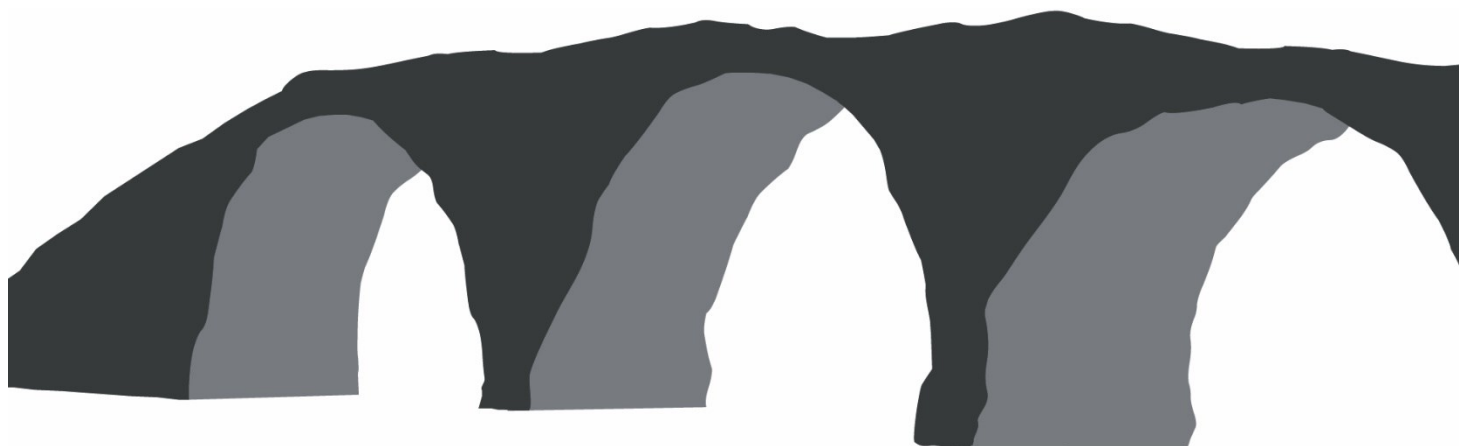
ISSN (online) 2316-9699

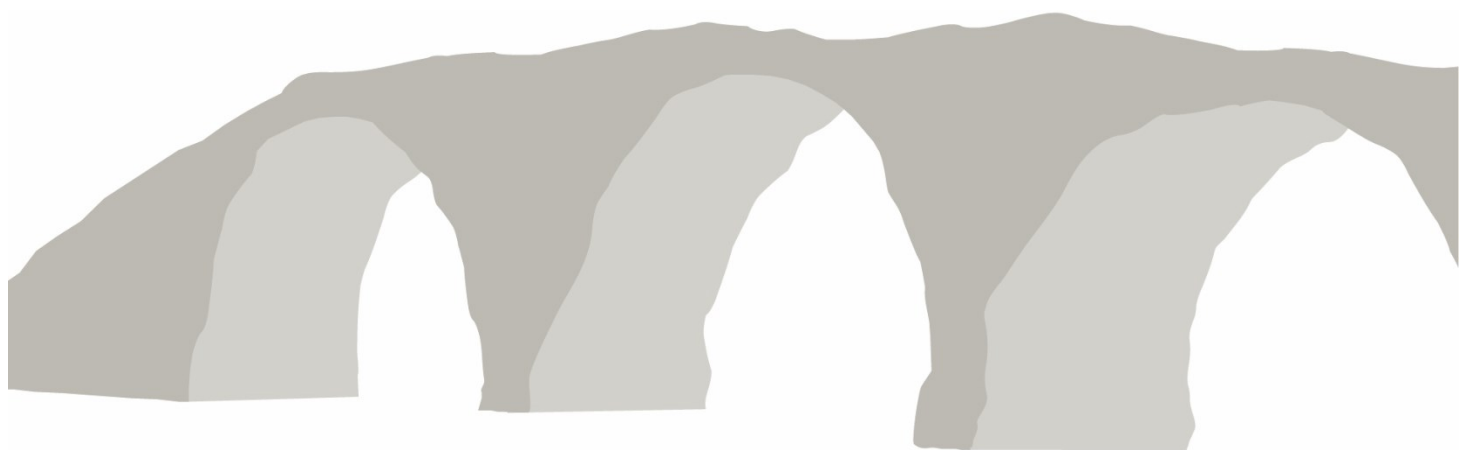
**ARQUEOLOGIA SENSORIAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA:
PERCEPÇÕES EM UM TRAJETO NOTURNO À PRAÇA DO CARMO, CENTRO
HISTÓRICO DE BELÉM**

**ARQUEOLOGÍA SENSORIAL EN LA AMAZONÍA BRASILEÑA:
PERCEPCIONES SOBRE UN CAMINO NOCTURNO A LA PLAZA DE CARMO,
CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM**

**SENSORY ARCHEOLOGY IN THE BRAZILIAN AMAZON:
PERCEPTIONS ON A NIGHT PATH TO THE CARMO SQUARE, IN THE
HISTORIC CENTER OF BELÉM**

Cibelly Alessandra Rodrigues Figueiredo





Submetido em 11/11/2020.

Revisado em: 10/03/2021.

Aceito em: 17/07/2021.

Publicado em 13/01/2022.

**ARQUEOLOGIA SENSORIAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA:
PERCEPÇÕES EM UM TRAJETO NOTURNO À PRAÇA DO CARMO, CENTRO
HISTÓRICO DE BELÉM**

**ARQUEOLOGÍA SENSORIAL EN LA AMAZONÍA BRASILEÑA:
PERCEPCIONES SOBRE UN CAMINO NOCTURNO A LA PLAZA DE CARMO,
CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM**

**SENSORY ARCHEOLOGY IN THE BRAZILIAN AMAZON:
PERCEPTIONS ON A NIGHT PATH TO THE CARMO SQUARE, IN THE
HISTORIC CENTER OF BELÉM**

Cibelly Alessandra Rodrigues Figueiredo¹

RESUMO

O objetivo deste estudo é trazer percepções e reflexões sobre hodiernas apropriações ocorridas na centenária Praça do Carmo, no Centro Histórico patrimonializado da cidade de Belém, Amazônia brasileira. A referida praça se insere como recorte do objeto central da pesquisa por meio de enfoques alicerçados em dois distintos aspectos: o primeiro, a partir de experiências sensoriais observadas na paisagem noturna; e o segundo, como direcionamento teórico, que entrelaça diferentes perspectivas disciplinares ao conectar abordagens práticas e simbólicas de construções coletivas e individuais em um espaço público tombado e socialmente segregado. A etnografia de rua, como metodologia da Antropologia Urbana, balizou o trajeto noturno percorrido em importantes sítios arqueológicos amazônicos como a Estação das Docas, o Mercado do Ver-o-Peso, o Complexo Feliz Lusitânia, e a Praça do Carmo; e proporcionou, a partir da Arqueologia Sensorial, o alicerce do processo de aproximação perceptiva do objeto estudado com pessoas e suas interações com a materialidade do passado por intermédio de práticas cotidianas que possibilitaram o apresentar de reflexões de cunho científico.

Palavras-chave: Arqueologia Sensorial, Antropologia Urbana, etnografia de rua, Praça do Carmo, Amazônia, Brasil.

¹ Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará; Mestra em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará; Doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal do Pará; Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá, Brasil; Av. Almirante Barroso, Conj. do BASA, Alameda Principal, n.148. Souza. Belém-Pará-Brasil. E-mail: cibellyfigueiredo@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5313-270X>.

RESUMEN

La siguiente es una descripción etnográfica de lugares en la ciudad de Belém, Pará, en la Amazonía brasileña. Se trata de reflexionar sobre la ciudad en dos momentos: la percepción del paisaje a partir de experiencias sensoriales, narradas en tercera persona; y un ejercicio teórico reflexivo, que entrelaza valores sociales, culturales y políticos con diferentes perspectivas disciplinares, conectando el sentido práctico con el simbólico. La ruta recorrida y los hechos vividos hasta y en la Praça do Carmo y en sus alrededores, un sitio arqueológico urbano amazónico en formación, a partir de su materialidad resignificada y apropiada por los grupos sociales contemporáneos, nos muestra cómo la relación hombre-lugar puede quedar exenta. fronteras espaciales y temporales, materialmente delimitadas en la conformación de usos y desuso del paisaje. En este sentido, las Arqueologías Sensoriales y Etnográficas permiten acercarse al objeto de estudio y a las personas que interactúan con esta materialidad del pasado a través de sus prácticas cotidianas, posibilitando reflexiones de carácter científico.

Palabras clave: Arqueología Sensorial, Arqueología Etnográfica, Belém, Amazonia, Brasil.

ABSTRACT

The following is an ethnographic description of places in the city of Belém, Pará, in the Brazilian Amazon. It is about reflecting on the city in two moments: the perception of the landscape from sensory experiences, narrated in third person; and a reflective theoretical exercise, which interweaves social, cultural and political values with different disciplinary perspectives, connecting the practical to the symbolic. The route traveled and the events experienced up to and in Praça do Carmo and in its surroundings, an urban archaeological Amazonian site in formation, based on its resignified and appropriated materiality by contemporary social groups, shows us how the man-place relationship can be exempt spatial and temporal boundaries, materially delimited in the conformation of landscape uses and disuse. In this sense, the Sensory and Ethnographic Archaeologies make it possible to approach the object of study and the people who interact with this materiality of the past through their daily practices, enabling reflections of a scientific nature.

Keywords: Sensory Archaeology, Ethnographic Archaeology, Belém, Amazonia, Brazil.

INTRODUÇÃO

O presente estudo² apresenta como objeto principal de análise a percepção sensorial na Praça do Carmo, realizada por meio de etnografia de rua, metodologia utilizada na Antropologia Urbana, e a partir de uma observação participante noturna no Centro Histórico de Belém, PA. Na porção belenense mais antiga e patrimonializada, encontram-se o espaço urbano pesquisado e suas ressignificações e apropriações por grupos sociais do contemporâneo.

A principal motivação para o desenvolvimento desta pesquisa é o entendimento das relações existentes com o sítio arqueológico urbano em formação, tombado nas três esferas governamentais³ e cuja ação de preservação a partir do programa federal PAC2 Cidades Históricas⁴ poderá impactar na conformação de seus usos e desusos hodiernos.

No âmbito da organização social do espaço e das dinâmicas da vida urbana, relações desenvolvidas no cenário citadino, concomitantemente, são vetores de recepções e de transmissões de complexidades que se inserem na percepção de interações sociais (Velho, 1982, 2011; Magnani, 2002). As estratégias de aproximação e de repulsão entre sujeitos comuns, realizadas a partir de suas práticas cotidianas e ordinárias, demarcam a essência individual, e ao mesmo tempo coletiva, de modelos de ação que acionam reapropriações do espaço urbano no qual se encontram e compartilham.

Sob esta ótica, a observação de práticas contemporâneas de sujeitos triviais torna-se uma alternativa ao entendimento dos processos cotidianos de interação e que vão além dessas interações quando se consegue perceber as táticas usadas como estratégias de apropriação desses espaços. Como o espaço é um lugar de dinâmicas humanas, assume-se que a presença do indivíduo produz experiências espaciais distintas e somente identificadas por sujeitos que compartilham ou entendem a mesma vivência “determinada por uma fenomenologia do existir no mundo” (Certeau, 1998, p. 202).

No arcabouço da Antropologia Urbana, Velho (1982, 2011) observa que, nas interrelações cotidianas, a variabilidade de relações sociais presenciadas, por si só, não caracteriza as repercussões comportamentais do viver de cada indivíduo. O olhar e o perceber da vida pública, com suas particularidades e enigmas, precisam ser considerados no apreender de processos atrelados às relações sociais, haja vista que cotidianamente memórias são retroalimentadas de forma a ocasionarem constantes mudanças na percepção individual e coletiva das relações imbricadas ao viver urbano.

O ritmo impetrado através da efemeridade do tempo é que orienta o complexo habitar e o vivenciar da cidade, idealizado a partir da reciprocidade cognitiva entre indivíduos e o meio urbano. O cenário citadino surge, então, como um espaço que estimula a permanência de valores éticos e morais de um indivíduo e de uma coletividade refletidos sobre o urbano, e cabe ao pesquisador construir “o seu conhecimento da vida urbana na e pela imagem que ele com-partilha, ou não, com os indivíduos e/ou grupos sociais por ele investigados” (Rocha & Eckert, 2001, p. 5).

² Insere-se na pesquisa em andamento de doutorado em Antropologia da Universidade Federal do Pará sobre a ingerência do PAC2 Cidades Históricas na requalificação de espaços públicos tombados na cidade de Belém do Pará, com recorte na centenária Praça do Carmo.

³ Ver em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1551> (Acesso em 12/08/2018); https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php?file=/175047/mod_page/content/12/Listagem%20bens%20Tombados%20Capital%20-%202012.pdf (Acesso em 12/08/2018) http://www.belem.pa.gov.br/segep/download/coletanea/PDF/n_urban_p/patr_hist.pdf (Acesso em 12/08/2018).

⁴ Ver em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/235> (Acesso em 12/08/2018).

A partir da aproximação entre o pesquisador e o pesquisado, DaMatta (1981, p. 145) infere o caráter pertinente da observação participante em um trabalho de campo que almeja “produzir interpretações das diferenças enquanto elas formam sistemas integrados”, pois isenta as interferências mediadoras na apreensão, na diferenciação e na argumentação teórica acerca dos aspectos fundamentais da vida do “Outro”. Para o entendimento da heterogeneidade humana e de suas múltiplas interações, seus significados e de como repercutem na vida de cada envolvido assumem caráter relevante na relação direta entre o investigador e o investigado e torna-se fator preponderante na relativização de experiências no campo de pesquisa (Tilley & Cameron-Daum, 2017).

A total imersão do pesquisador no campo corrobora com percepções de significados que emergem do comportamento dos atores sociais durante dinâmicas empregadas em estudos etnográficos (Laplantine, 2000). Como resultado da interação do pesquisador no viver e no lócus da pesquisa, comumente empregados em etnografia, faz-se necessária cada vez mais o confronto e a comparação entre diversos aspectos entre sociedades estudadas, dentro de um sistema estruturado de relações em que o diário de campo e experiências vivenciadas produzem textos etnológicos com informações relativas a aspectos socioculturais do pesquisador e do pesquisado.

E quando pesquisamos em nossa própria cidade?

Velho (1987) adverte que, quando pesquisador e objeto de pesquisa pertencem a uma mesma sociedade, essa proximidade não fornece um conhecimento prévio entre as partes envolvidas, pois existem, nas sociedades contemporâneas, outros elementos que demarcam o que nos é familiar e, simultaneamente, alarga o potencial simbólico inerente às relações sociais. O desafio da distância e proximidade permanece ao tentarmos desnaturalizar e relativizar categorias que fazem parte da visão particular de estar no mundo.

Nesse sentido, o transitar, como condição inerente à pesquisa, proporciona situações intrínsecas as experiências do perceber relações existentes entre as pessoas e o espaço físico de parte do Centro Histórico de Belém transcorrido, onde eu como arquiteta e pesquisadora de minha cidade preciso desconstruir a maneira pela qual a Arquitetura se insere em minha vida profissional. Assim, sem a necessidade de utilizar elementos cartesianos como trena, materiais de desenho ou recursos tecnológicos gráficos, próprios à minha profissão de arquiteta, realizei abordagem sensorial (Pellini 2014, 2016; Pellini, Salerno & Zarankin, 2015 *apud* Soares, 2018; Lima, 2014a, 2014b; Caúla *et al.*, 2020; Pallasmaa, 2006, 2011; Tuan, 1983), diferentemente daquela que estava acostumada a ter em relação ao espaço público constituinte da paisagem urbana.

A partir dessa exploração multissensorial, entendo que meu evidente “tecnicismo acadêmico” cartesiano precisa se desfazer para que a memória e o afeto afluam. Estes, segundo Hamilakis (2015), são os condutores para a percepção experiencial de apropriação do mundo cujas múltiplas temporalidades coabitam na materialidade que nos cerca e da qual fazemos parte.

No campo da Arqueologia Contemporânea, o conhecimento sobre nós e sobre a realidade que nos envolve perpassa pelas interações fenomenológicas conectando-as na afetividade, em uma rede de experiências sinestésicas, na qual se se entrelaçam a individualidade, o contexto, a temporalidade e a materialidade. Nesse contexto, de acordo com Bezerra (2013), os encadeamentos das pessoas do presente com as coisas do passado emanam ressignificações e apropriações relativas a uma dimensão sensorial. Sobre os aspectos imbricados nessas construções distintas ‘do e sobre o passado’, Castañeda (2008) ressalta a presença estimulante do diálogo produtivo e reflexivo entre as práticas disciplinares e a visão de mundo do observador e do observado.

A prática etnográfica na arqueologia é discutida por Edgeworth (2006) como um campo vasto de entendimento, principalmente quando se estuda sobre nós mesmos. Esse potencial criativo de pesquisarmos no que tange a nós infere uma especificidade crítica ao colocarmos em análise o encontro entre antropologia e arqueologia. Novas e infundáveis perspectivas surgem ao protagonizarmos “de dentro” esse olhar sobre o passado e sua ingerência no presente.

Por meio da relação entre o indivíduo e os lugares, surge a paisagem, ativa e configurada mediante negociações e conflitos nos quais emanam narrativas dicotômicas que articulam uma ordem social teoricamente interpretativa (Sousa, 2005). A vivência dessa paisagem é representada de modo particular e seletivo, mediada, dentre outros, pela temporalidade do movimento e pelas sensações que emergem desse contato. A experiência corpórea imbricada nesse contato representa o modo de ser, de estar no mundo e transforma o corpo em “um instrumento de pesquisa primária” (Tilley & Cameron-Daum, 2017, p. 5).

Para Pellini (2014, 2016) e Pellini, Salerno & Zarankin (2015 *apud* Soares, 2018), a Arqueologia Sensorial, ao se abordar sobre os enfoques perceptíveis e dinâmicos da interação do corpo no lugar, ocupa-se da experiência sobretudo sensível que resulta desse encontro. O lugar ocupado precisa penetrar no nosso corpo para que haja um reconhecimento. Assim, o sentir de seus cheiros, de suas sonorizações, de seu jogo de luz e sombra, de seu colorido, de sua textura, de sua temperatura, de sua ventilação aciona a dimensão cognitiva assumida a partir do empirismo corpóreo presente no processo de apropriação mútua, e “a experiência, mesmo que curta, cria um laço emocional com o lugar devido a sua intensidade” (Pellini, 2014, p. 125).

Na ênfase de pesquisas urbanas, a Antropologia (Velho, 1982, 2011; DaMatta, 1981; Laplantine, 2000; Rocha & Eckert, 2001, Magnani, 2002) e a Arqueologia Contemporânea (Edgeworth, 2006; Castañeda, 2008; Hamilakis & Anagnostopoulos, 2009, Hamilakis, 2015; Bezerra, 2013; Pellini, 2014, 2016; Tilley & Cameron-Daum, 2017) demonstram relevantes estudos sobre o cenário social, seus atores e suas práticas simbólicas e cotidianas transmitidas pelos lugares e difundidas nesse contexto ordinário. Assim, estes estudos corroboram com o entendimento da sociedade a partir de condições históricas, culturais, políticas, sob o viés de um jogo de interesses e de trocas que provocam uma dicotomia entre a aproximação ao lugar de pertença do nativo e o distanciamento necessário para desvendá-lo.

Na cidade o indivíduo denota, por meio da simbologia, como o mundo é apresentado a ele e, em um movimento constante, altera a paisagem e por ela é afetado. A utilização de uma observação participante ratifica a inclusão de símbolos e significados que influenciam e modificam o espaço urbano através de ações humanas, transformando, para Tuan (1983), o espaço em lugar.

Portanto, não existe nenhum campo de estudo particular às pesquisas urbanas que analisem as formas de comportamento e a sociabilidade daquilo que não foi formalizado e institucionalizado. A abertura a novas áreas de investigação interdisciplinar tornou-se uma renovação de conceitos epistemológicos na prática científica. “Em cada uma, tornam-se claros os interesses de transpor obstáculos e de enriquecimento acadêmico, que em nada lembram procedimentos presos a preocupações de definição de campos de atuação disciplinares” (Sousa, 2005, p. 294).

Conforme Rocha & Eckert (2001, p. 4), pesquisas alicerçadas na etnografia de rua reconhecem e aprovam a cidade como palco de “interações sociais e trajetórias singulares de grupos e/ou indivíduos cujas rotinas estão referidas a uma tradição cultural que as transcende”. Essa interação faz com que o pesquisador entre em contato com saberes e fazeres do Outro, situando a si mesmo em relação ao ser do pesquisado.

Ao adotar a etnografia de rua como metodologia para fundamentar o entendimento em relação à construção do imaginário do Outro, reconfiguro o olhar além de minha formação acadêmica e assumo o caráter

imperativo de uma pesquisa transdisciplinar. Utilizo minha experiência corpórea como meu limite físico e deixo a dimensão cognitiva sentir o que está além de mim para reconhecer a presença do Outro que compartilha o campo de pesquisa deste estudo.

Desta forma interpreto, a partir da Arqueologia Sensorial, os dados coletados em campo e verificados durante o trajeto percorrido e a breve vivência na Praça do Carmo. Este estudo apresenta o sentimento de pertencimento presente na expressão física das pessoas que circulam em seu espaço de influência e exposto na teia de relações formadas e desencadeadas pela memória dos indivíduos que interagem cotidianamente, ou não, com o espaço público da Praça do Carmo.

A CARGA SENSORIAL DE UMA INCURSÃO “DESPRETENSOSA”

Com suporte em reflexões acerca de lugares e de sensações aflorantes do contato com os espaços físicos carregados de dimensões não visíveis, que muitas vezes passam despercebidas, infiro que em algum momento de nossa vida desfrutamos do convívio em praças. Talvez na infância, na adolescência ou na vida adulta, praças nos serviram como cenários de convivência social e ficaram marcadas em nossas memórias quer pela intensidade, pela característica da experimentação, por práticas de uso; quer por formas de estranhamento.

A partir desta relação que une indivíduos, espaço e tempo, pesquisei a ação financiada pelo Governo Federal através do Programa de Aceleração do Crescimento PAC2 Cidades Históricas em Belém. Dentre os espaços públicos beneficiados, o lócus de meu estudo é a Praça do Carmo. O objetivo da pesquisa é verificar se a futura requalificação, termo utilizado no Projeto desta praça, subsidiará ou não a permanência dos modos de apropriação hodiernos concernentes a este espaço público localizado no Centro Histórico belenense.

Apesar de nascer e morar em Belém, metrópole amazônica fundada há mais de quatro séculos por portugueses, não sou frequentadora da Praça do Carmo. Algumas vivências serão necessárias para um entendimento de como o Outro e eu atuamos no lócus em estudo, antes, durante e após a requalificação. A existência desses sujeitos e o meu encontro com eles é o que permeia o caráter particular e relevante da pesquisa antropológica.

Uma das incursões que realizei obtive um cunho diferenciado por ter sido desempenhada durante a noite. Eu e alguns colegas combinamos de nos encontrar no bar Nosso Recanto, ponto tradicional da Cidade Velha, bairro do centro histórico de Belém, na sexta-feira, 8 de junho de 2018. A “visita” noturna revela que incursões em praças seria algo novo, pois ainda não havia experimentado tal sensação e diálogo nesse horário.

Acompanhada de meu cônjuge, saí de casa, por volta de 19:30 h, sem saber muito bem o que me aguardaria naquela noite quente e abafada, características peculiares dessa época do ano na capital paraense. Na verdade, o sentimento que rodeava era o de apreensão com a iminente ausência de segurança a que estaria me expondo, pois as cadeiras e mesas do bar em que estávamos ficam acomodadas na área externa do ponto comercial, mais precisamente no espaço público da Praça do Carmo, sendo esta, localizada na porção mais antiga da cidade de Belém do Pará.

O itinerário (Figura 1) para chegar ao centro histórico foi escolhido com o intuito de passar pela via de trânsito que nos deixa perceber a existência da Baía do Guajará, a Avenida Boulevard Castilho França. Essa via também margeia parte do Complexo do Ver-o-Peso, cartão-postal do estado do Pará e internacionalmente

conhecido tanto pela Feira do Ver-o-Peso⁵, – maior dimensão de feira ao ar livre da América Latina, com sua tradicional comercialização de ingredientes da gastronomia da Amazônia, fusão das culinárias indígena, africana e portuguesa – como pela arquitetura de ferro do Mercado do Ver-o-Peso.



Figura 1. Trajeto percorrido no Centro Histórico de Belém. (Fonte: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-456.htm>, elaborado por Luís H.R Guimarães e adaptado pela autora).

⁵ O Complexo do Ver-o-Peso, Conjunto Arquitetônico e Paisagístico, tombado pelo Iphan em 1977, é formado pela Feira do Ver-o-Peso, que funciona todos os dias em horário integral em barracas cobertas por tendas brancas tensionadas. Nesse local são comercializados artigos e produtos como roupas, sapatos, redes, panelas, plantas, farinha, ervas aromáticas, essências e banhos místicos, frutas regionais como castanha-do-Pará e açaí, polpa de frutas, artesanato, peixe frito e comidas típicas.

No Complexo também se encontram obras arquitetônicas do início do século XX, a saber: o Solar da Beira, o Mercado Municipal e o Mercado do Ver-o-Peso, este último com edificação importada e toda construída em ferro fundido e no qual se se comercializa, em seu núcleo, peixes e frutos do mar e dos rios amazônicos e nas lojas exteriores, diversos outros produtos. No Mercado Municipal, comercializa-se carne em seu espaço interior, e nas lojas externas, artigos diversificados. O Solar da Beira, edificação cuja restauração, juntamente com a do Mercado do Ver-o-Peso, foi beneficiada pelo PAC2 - Cidades Históricas, abriga exposições e banheiros públicos.

Ainda integram o Complexo, a Docca, com sua Pedra do Peixe, a Feira do Açaí e a Praça do Relógio.

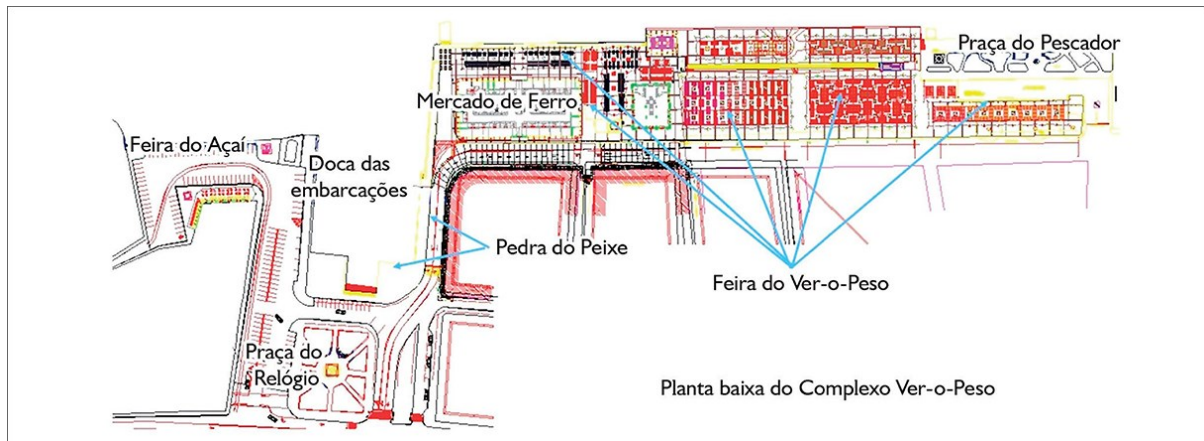


Figura 2. Planta baixa esquemática do Complexo do Ver-o-Peso.

(Fonte: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/FdSTbn37FL9NvNmpNKWmpMP/?lang=pt#>. Elaborada por Luiz de Jesus Dias da Silva, 2016, p. 584).

Ao iniciar o percurso pela extensão do Complexo do Ver-o-Peso, solicitei ao meu cônjuge que reduzisse a velocidade do automóvel e desligasse o ar-condicionado para que, ao baixar os vidros peliculados, sentisse a ventilação natural e descortinasse uma melhor visão do Complexo iluminado com seu movimento noturno de vai-e-vem de pessoas e produtos (Figura 3).



Figura 3. Av. Boulevard Castilho França e o início da Feira do Ver-o-Peso. (Fonte: Cibelly Figueiredo, 2018).

A brisa da Baía do Guajará transportou o cheiro característico do “Veropa”, como a feira é carinhosamente chamada pela população, e meu olfato foi invadido com os aromas da diversidade e variedade de frutas, de ervas e do famoso peixe frito com açaí batido na hora, ambos regionalmente degustados e apreciados com farinha de mandioca. Como boa paraense, a boca encheu d’água só em fazer memória do quão é saborosa essa tripla combinação alimentar e emergiu aquela vontade de parar por ali mesmo, mas lembrei o verdadeiro motivo que me levou ao centro histórico e continuei em minha “missão” de vivenciar a vida noturna da Praça do Carmo.

Ao chegar ao final da Avenida Boulevard Castilho França, iniciei o trajeto pela Avenida Portugal e logo avistei a doca e suas embarcações, a Pedra do Peixe, a Praça do Relógio, a Feira do Açaí (Figura 4) e o fluxo característico e intermitente deste espaço urbano, com pequenos caminhões de gelo e de transporte de mercadorias que abastecem as feiras da cidade. Como a comercialização do peixe é realizada durante a madrugada, o pescado, no momento que passei, por volta de 20:00h, ainda estava nas embarcações aguardando o horário para ser exposto na Pedra do Peixe.



Figura 4. Doca com sua Pedra do Peixe e Feira do Açaí ao fundo. (Fonte: Cibelly Figueiredo, 2018).

Assim, o aroma da área de entorno rapidamente transforma-se no característico pitiú de peixes, odor que exala dos barcos que trazem de regiões ribeirinhas de rios amazônicos, para os mercados de Belém diversos produtos como: o pescado, frutas, farinha e outros produtos a serem comercializados. Múltiplos sabores, cores, texturas e aromas, tão presentes no cotidiano paraense, fizeram-se evidentes e perceptíveis no Complexo do “Veropa” naquela noite.

Após uma primeira visão, percebi que a dinâmica daquele lugar era distinta dos padrões do cotidiano noturno, pois havia um trânsito intenso e uma grande quantidade de pessoas que ali circulavam. As ruas estavam

interditadas com viaturas da polícia militar e da Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém - SeMOB e havia uma iluminação atípica, advinda da Catedral da Sé, que cruzava, de forma resplandecente, o céu estrelado daquela noite. Logo, perguntei: O que será que está acontecendo? Abordei um guarda municipal e, mediante a informação prestada, utilizei a internet do celular para encontrar maiores referências sobre o evento.

Naquela noite, o Complexo Feliz Lusitânia, outro cartão-postal do centro histórico da capital paraense, era cenário de um evento do Governo Municipal, intitulado “Laços Belém-Portugal”, no qual realizar-se-iam apresentações de artistas paraenses e portugueses. Nesse acontecimento, a cantora paraense Fafá de Belém, entre shows luminotécnicos lançados na bela e alva fachada barroca da Catedral de Belém (Figura 5), seria condecorada como embaixatriz dos Laços Culturais entre Belém e Portugal.



Figura 5. Video mapping na fachada da Catedral da Sé. (Fonte: <https://www.romanews.com.br/cidade/video-mapping-muda-visual-da-catedral-de-belem/2466/>, 2018. Acesso agosto/2018).

Presenciei intensa comercialização de bebidas e comidas típicas, regionais e além-mar em barrquinhas iluminadas, de forma provisória, por refletores instalados em frondosas mangueiras da Praça Frei Caetano Brandão. Esses detalhes me permitiram alcançar, por intermédio do olhar distante, o contexto e a dinâmica do local, até a abordagem de um guarda municipal que informou o que estava a acontecer na cidade e que, de forma distinta era palco de tão significativo acontecimento. Como o evento transparecia entusiasmo e agitação, com pessoas caminhando ao encontro do “espetáculo”, novamente tive um certo estímulo em estacionar o

carro e descer a fim de participar desse episódio de cunho internacional. Contudo, o compromisso marcado na Praça do Carmo me esperava.

E agora, com as ruas conhecidas interditadas, qual trajeto deveria seguir até a Praça do encontro? Estava acostumada a circular pela Rua Dr. Assis ou Rua Siqueira Mendes, mas em ambas o tráfego de carros fora interrompido naquele momento em função da comemoração. Tal fato me fez decidir em aventurar pelas estreitas vias da Cidade Velha, e, após contornar a Praça D. Pedro I, adentrei em caminhos que me direcionaram a um percurso de quarteirões com pouca iluminação e sem movimentação, que acentuaram a ansiedade em acertar a direção. Cheguei, finalmente, na esquina da Rua Dr. Assis. Senti um alívio, pois, a poucos metros estava o ponto de encontro.

Passavam-se alguns minutos das 20:00 h quando nos juntamos a um pequeno grupo que já estava no local degustando uma cerveja bem gelada, pois clima quente e temperatura alta, tão comuns em noites paraenses do mês de junho, deram o ritmo das solicitações do “vê mais uma gelada aí, por favor”. Minhas impressões sensoriais vivenciadas preteritamente naquela noite foram se acomodando conforme as pessoas iam chegando e sentando-se em nossas mesas. Eram rostos muito conhecidos e outros que nunca até então havia visto.

Três ou quatro mesas foram agrupadas para dar condições de um certo conforto para todos; logo bate-papos foram se formando, ora de forma paralela, ora entre todos do grupo. Falas, diálogos e risos confundiam-se e entrelaçavam-se entre todas as mesas. Percebi que minhas preocupações acerca da iminente incursão etnográfica em meu campo de pesquisa foram esquecidas entre risadas, comentários e discursos acalorados sobre viagens, signos, experiências arqueológicas em campo, culinária regional, saúde, doenças e outros temas. Apenas vivi intensamente aquele momento entre um copo e outro de bebida e gostosos petiscos. A vulnerabilidade em me sentar em uma mesa de bar na praça do centro histórico me fez refletir que, apesar da praça estar localizada em um espaço que é urbano, esse espaço não parece ser convidativo para qualquer público.

As horas foram passando, mas o tempo transcorria de uma maneira diferente, mais devagar, dando a impressão que já não era tão tarde. Passei a observar, do local onde estava sentada, à minha esquerda, as proteções de ferro que circundam os três vãos com acessos visuais, deixados na Praça após a intervenção arqueológica realizada em 1994. Tal intervenção teve a finalidade de contemplação e conhecimento dos vestígios da Igreja dos Homens Brancos. Vestígios esses, que foram encontrados durante as obras de revitalização deste espaço urbano e que, naquele momento, criativamente, serviam para alguns meninos como local para brincadeiras (Figura 6).



Figura 6. Lazer sobre os vestígios arqueológicos da Igreja dos Homens Brancos. (Fonte: Cibelly Figueiredo, 2018).

Em direção à Igreja do Carmo, outros grupos de diferentes faixas etárias circulavam e se apropriavam de múltiplas maneiras do anfiteatro (Figura 7), num movimento que, em primeira instância, parecia desordenado, mas que, em um olhar mais esmiuçado, trazia em sua essência um espaço democraticamente dividido entre skates, jogo com bola, carrinhos de bebê e crianças bem pequenas tateando seus primeiros passos. Umas pareciam estar desacompanhadas e outras estavam se divertindo sob tutela de seus responsáveis que, mesmo sentados em bancos ou nos degraus, intercalavam olhares entre a tela de celulares e seus pequenos.



Figura 7. Atividades de lazer realizadas no Anfiteatro da Praça do Carmo. (Fonte: Cibelly Figueiredo, 2018).

Perdida ainda na assimilação da observação da diversidade de usos do anfiteatro, avistei as sacadas das casas que circundam a Praça. Ao levantar o olhar e contemplar o que estava acontecendo acima da minha linha do horizonte, percebi pessoas que, de suas residências, pareciam nos inspecionar de forma incansável e apreciar aquela dinâmica contemporânea de apropriação de um sítio histórico. Desta forma, de um lado pessoas sentadas em mesas de bar, conversando, rindo, fumando, comendo e bebendo; e de outro, crianças correndo, brincando, jovens e adultos interagindo em grupos de conversa e/ou virtualmente, e todo esse espaço tendo como panorama de fundo a centenária Igreja do Carmo.

Percebo, então, que aquele espaço público assume um lugar de cenário de experiências vividas e de construções sociais contemporâneas realizadas entre as estreitas ruas do centro histórico e que contradizem minha prévia idealização da Praça do Carmo como um lugar perigoso. As relações desenroladas ali, sob minha observação, fizeram-me perceber as múltiplas abordagens que se podem realizar neste sítio arqueológico, tendo ou não conhecimento de seu pressuposto temporal e histórico.

Logo, minha reflexão se esvaiu nos odores do tira-gosto frito e do sanduíche, agregados ao cheiro saboroso do queijo assado na brasa e do amendoim recém descascado, regados à música que despontava de uma caixa de som instalada na calçada do bar e direcionada para as mesas, em volume que não incomodava e agradava a todas as preferências. As músicas trouxeram lembranças, as quais, vez ou outra, interrompiam nossa conversa e conduziam para as memórias que emanavam daquele repertório eclético por intermédio de comentários pontuais que logo se esvaíram para proporcionar espaço para outro assunto a ser abordado.

Sons de buzinas e o burburinho do trânsito aumentavam consubstancialmente no decorrer das horas, como reflexo do evento em nível internacional, já relatado, o qual estava ocorrendo a poucos quarteirões dali e que compactuavam para que minha atenção, de vez em quando, voltasse aos embates ocorridos entre motoristas nervosos e que, desconhecedores dos sentidos das vias que circundam a Praça do Carmo, colocavam-se frente a frente, fazendo com que o carro que estivesse trafegando no sentido errado recuasse, de ré, desobstruindo a estreita rua pavimentada. Em um desses momentos de conflito, um automóvel de grande porte subiu no calçamento do sítio arqueológico e transitou por alguns metros até parar sobre as centenárias calçadas de mármore, avalizando o início de uma permissão de local para estacionar, que logo se exauriu.

Do mesmo modo, durante as agradáveis horas inseridas no “status quo” do meu objeto de estudo, o medo dissipou-se de forma definitiva e o seu espaço foi preenchido por sensações e vivências as quais ainda não havia experimentado naquele lugar, naquele sítio que pouco circulei durante minha vida. O sentir e o experimentar de todos esses estímulos sensoriais, observados a partir do sentar a cadeira na Praça, somente foi interrompido ao levantar-me para a despedida.

Questionamentos feitos antes de chegar ao sítio da pesquisa, relativos a abordagens que realizaria com frequentadores e sobre os registros fotográficos que eternizariam em imagens daquele meu primeiro encontro noturno com a Praça do Carmo, foram deixados em segundo plano. A materialidade que meu corpo assumiu nesse percurso e as sensorialidades emanadas naquela primeira experiência noturna ficarão para sempre em minha memória como uma boa lembrança da Praça do Carmo.

A ARQUEOLOGIA SENSORIAL NAS REFLEXÕES TEÓRICAS ACERCA DA MATERIALIDADE

A fenomenologia, inicialmente abordada por Husserl “enquanto um movimento filosófico” (Lima, 2014a, p. 11), oferece novas perspectivas de se construir conhecimento acerca de nossa existência relacional com o mundo que nos cerca. Tuan (1983) demonstra que a intrincada natureza dessa vivência proporciona um aprendizado que perpassa por todos os órgãos sensoriais, pela intensidade e pelo tempo aos quais nos expomos à esta vivência.

O caráter assumido pela presença corpórea na observação das experiências humanas proporciona, para Tuan (1983), a transformação do espaço em lugar a partir da sua ordenação e entendimento. O indivíduo e suas experiências sensoriais fazem ativamente parte da paisagem. A ocorrência de um processo de comunicação entre agentes sociais é fator preponderante na formação da paisagem e não simplesmente a execução de processos mecânicos gerados por alocações de novas disposições espaciais inerentes à constituição do cenário perceptivo. Experiências de recebimento, processamento e transmissão de mensagens sociais são vividas por meio da paisagem, dentro de significações compartilhadas pelos indivíduos.

Ao criar, reproduzir e transformar relações sociais, o ambiente construído é utilizado para reforçar as relações de poder, autoridade, desigualdade e resistir a elas, facilitando atividades e movimentos de alguns indivíduos e dificultando os de outros. (Souza, 2005, p. 297).

De acordo com Pellini (2014; 2016), percebemos o mundo ao nosso redor no decorrer de vivências sensoriais, e registramos na memória as emoções que emergem do processo dessa captação mediante os estímulos acionados através de todos os nossos sentidos. Ao experimentarmos o lugar, as influências externas interferem nessas percepções e, no ato de guardar na memória algo vivido hodiernamente, lembranças afloram e trazem o passado fragmentado em recordações acionadas no presente.

Para Hamilakis (2015) e Tilley (2004), a Arqueologia sensorial se apresenta como um ramo da disciplina que se debruça sobre as múltiplas estratégias cognitivas de experimentar e de apropriar o lugar. Nesse encontro, a presença física do pesquisador no campo de estudo aciona seu corpo na conexão direta com a intensidade da interação e determina como ela será percebida.

A crítica de Hamilakis (2015) e Tilley & Cameron-Daum (2017) sobre se conhecer o objeto de estudo configurado por uma paisagem por meio de uma visão distanciada ou através da representação iconográfica e textual de outros pesquisadores evidencia que a relação individual com a materialidade, emanadas da necessária experiência participante, proporciona uma atividade reflexiva complexa, na qual se entrelaçam valores de ordem social, com diferentes perspectivas metodológicas e teóricas.

Synnestvedt (2006) ratifica a relevância de se registrar o primeiro contato, pois rapidamente o que nos parece distanciada, apesar de familiar, em um breve tempo perderá essa particularidade. Tanto as experiências do breve passar pelo Complexo do Ver-o-Peso a caminho da Praça do Carmo quanto as poucas horas na mesa do bar da Praça em epígrafe foram práticas vivenciadas em contato direto com paisagens do passado e ressignificadas no presente, e a interpretação do que foi experienciado apresenta um cunho científico ao lançar questões que incentivarão debates, mesmo que antagônicos.

Pallasmaa (2011) aprofunda-se nas reflexões sobre as particularidades sensoriais do espaço na percepção do homem por meio da fenomenologia. Observa que a predileção pela visão em detrimento dos demais sentidos

organiza, seleciona, classifica e constrói o ápice do olhar individualizado, e repercute no desaparecimento de atributos sensoriais da arquitetura ocidental, distanciando-a do homem.

As sensações advindas do contato com um sítio arqueológico, guardadas na memória, ativaram “lembranças, imagens e emoções que afetam nossa relação com o entorno experimentado” (Pellini, 2014, p. 135), conferem forma e experiência única à narrativa. A percepção da paisagem constitui o entendimento holístico proporcionado por esse encontro físico. Este contato conecta o sentido prático ao simbólico e assume, de acordo com Norberg-Schulz (2006), uma dimensão existencial, pois “seus significados não estão contidos nas formas, mas nas imagens transmitidas pelas formas e na força emocional que elas carregam” (Pallasmaa, 2006, p. 483).

Percebemos que os limites dos campos atuantes de ciências que estudam a paisagem tornaram-se flexíveis, e trazem, de acordo com Tilley & Cameron-Daum (2017), Synnstedt (2006), Sousa (2005) e Caúla *et al* (2020), uma maior diversidade de abordagens interdisciplinares de perspectivas fenomenológicas. O uso de diferentes abordagens afere um peso simbólico proporcionado pelas pessoas do contemporâneo mediante ressignificação e reapropriação do passado através de suas práticas no presente e que influenciarão no futuro.

A observação dos diversos usos atuais da paisagem torna-se primordial para a compreensão da relação homem-lugar, pois essas ocupações podem não possuir fronteiras materialmente delimitadas. Deste modo, a experiência no lugar nos transfere ao passado, para imaginarmos, em um exercício de abstração, as diversas temporalidades, as múltiplas utilizações e as heterogêneas interferências que evidenciam o tempo, conforme Hamilakis (2009), como uma coexistência do presente, passado e futuro.

Esta cultura é, portanto, não um conjunto de obras exteriores a nós, mas arranjos da sensibilidade dos corpos, daquilo que pode ser sentido e ao qual se pode dar sentido. Os desvios das intrigas resultam dos próprios tremores e fissuras naquilo que uma cultura de sensibilidade nos permite conhecer como fenômeno. Assim emergem da multiplicidade e heterogeneidade dos corpos, dessa sensibilidade-vestígio que sustenta, em suas condições de experiências específicas, os choques, conflitos, cruzamentos, intercâmbios, multiplicando os rearranjos caleidoscópicos das coexistências. (Caúla, 2020, p. 183)

Os âmbitos espacial e temporal constituem elos que perpassam pessoas aos lugares; e, quando esses lugares são sítios arqueológicos em formação, categorias de valoração e níveis de reconhecimento de pertencimento e de herança cultural circulam no mesmo campo de interesses governamental, institucional, de especialistas urbanísticos e da iniciativa privada, influenciando estrategicamente na percepção e vivência de grupos sociais na atualidade. Atuações políticas proporcionam novas dinâmicas e conformações de usos nessas paisagens, transformando-as em objetos de consumo (Choay, 2011, 2015; Gonçalves, 2007; Veloso, 2006).

O caráter ímpar e excepcional o qual foi delegado às paisagens patrimonializadas, assumem outra função:

São obras que facultam saber e prazer, colocadas à disposição de todos, mas também produtos culturais, fabricados, embalados e difundidos tendo em vista seu consumo. A metamorfose do seu valor de utilização, em valor económico é realizada graças à ‘engenharia cultural’, vasta empresa pública e privada, ao serviço da qual trabalha uma multidão de animadores, comunicadores, agentes de desenvolvimento, engenheiros, mediadores culturais. A sua tarefa consiste em explorar os monumentos por todos os meios possíveis, a fim de multiplicar indefinidamente o número de visitantes. (Choay, 2015, p. 226-227).

A imagem mediática especulativa transmitida pelo cenário em que se transformou o centro histórico belenense, durante o evento do Governo Municipal, com palco montado em frente à Catedral da Sé, com aparatos modernos e tecnológicos de iluminação e som, e com cenas projetadas na fachada desse templo

religioso, proporcionaram uma atmosfera na qual o consumo deliberado, cultural e gastronômico, fora incentivado pela indústria patrimonial e turística.

A atenção do público presente se desviou do monumento edificado para a contemplação da festividade e de seus mecanismos de espetacularização que, segundo Choay (2011, p. 49), estão como prioridade nas agendas das empresas e do governo, patrocinadores de um “universo tecnizado e monossêmico”, que transforma intencionalmente a paisagem para ser consumida com valor de mercado (Walsh, 1995).

Veloso (2006) e Walsh (1995) reconhecem que as práticas da sociedade contemporânea, alicerçadas em seu patrimônio cultural, são realizadas de maneiras peculiares e heterogêneas, corolário da sua relação, com reconhecimento e sentimentos envolvidos na percepção do lugar, tanto no âmbito coletivo quanto no individual. Desta forma, observamos que, quando o vínculo entre coisas sobrepõe a relação entre pessoas, “numa sociedade de consumo como a atual, requer atenção redobrada, pois, para além do império do consumo, movimentamo-nos em cenários de muitos simulacros da sociedade moderna, como os cenários e espetáculos produzidos pela atividade turística” (Veloso, 2006, p. 441).

Contudo, a relativização da apropriação contemporânea da cultura material do passado no presente, para Gonçalves (2007), existe na contramão do processo de mercantilização do patrimônio no decurso de um insuficiente esforço para reverter a ação do mercado. Entretanto, ressalta que a aura de mercadoria a ser consumida que emana de um bem patrimonializado – está emaranhada à sua singularidade como tal pois,

o fascínio que exercem provém, em parte, da possibilidade (mesmo que remota) de serem, de alguma forma, adquiridos pelos indivíduos. Ao mesmo tempo, paradoxalmente, é essa mesma possibilidade de serem adquiridos no mercado que faz com que eles tendam a se tornar objetos como outros quaisquer e que percam seu caráter distinto de “bens inalienáveis” (Gonçalves, 2007, p. 243).

Neste sentido, o bem tornado patrimônio quer como forma material individual, quer como conjunto que origina um sítio, uma paisagem, ou ainda atrelados às imaterialidades que as manifestações culturais possuem – atesta concomitantemente causa e consequência das agendas turísticas, culturais, políticas e da iniciativa privada, estas que avançam em grande escala, empoderando-se nas decisões concernentes ao presente e futuro desse bem. Mas qual o limite dessas ações?

A presença das agências na assimilação, produção e preservação de patrimônios culturais que forneçam identidade a um determinado grupo proporciona uma percepção de duplo sentido para essa ação, pois, simultaneamente, esse grupo se reconhece por intermédio de determinados bens culturais e se torna controlado pelo Estado através desses mesmos bens. O patrimônio assume, dessa forma, um caráter de representação questionável, haja vista que seu reconhecimento como tal não fora promulgado pelos indivíduos e grupos sociais que o “situam em suas relações com a ordem cosmológica, natural e social (...) na medida em que fazem parte dessa extensa rede de relações de troca” (Gonçalves, 2015, p. 214).

Essas múltiplas dimensões sociais e simbólicas balizam o uso da noção de representatividade que o patrimônio possui, em sua própria essência semântica, para refletir sobre a existência da mediação do Estado na construção da representatividade identitária de um grupo social sem que o grupo de fato o reconheça com essa agência. Sob esse aspecto, Gonçalves (2005, 2007) traz a categoria ressonância para mostrar que a articulação para construir um passado representado por um patrimônio somente encontrará respaldo se no presente estiver a dinâmica e a complexidade das práticas e representações individuais ou coletivas, interligando as duas dimensões temporais, passado e presente, ao espaço urbano e/ou ao espaço imaterializado dessas relações.

A partir desse enfoque, as pesquisas de Gonçalves (2005, 2015) fundamentam e ampliam os sentidos e valoração dos patrimônios, colocando a relação humana imbricada nesse contexto de significados. O consenso na atribuição e uso desse bem abre um campo de dualidades, pois são resultados de construções subjetivas e pessoais, de aspectos que abrangem da monumentalidade ao cotidiano, da materialidade à imaterialidade, trazendo a experiência individual e coletiva dos grupos sociais, suas práticas sociais, identidades e memórias como partes integrantes do patrimônio que os representa.

No caso do centro histórico de Belém, a legislação de uso do solo compreende os três níveis de organização governamental, as esferas municipal, estadual e federal. Desta forma, existem espaços urbanos cuja tutela normativa é de responsabilidade de mais de um plano de governo. Com interesses não compatibilizados e divergentes que designam dualidades de compreensão e de ação institucional, não é difícil perceber que cisões no compartilhamento da gestão geram situações de conflitos entre o Estado, moradores da cidade, moradores do centro histórico, comerciantes, ambulantes, moradores de ruas, turistas e entre as próprias esferas de governo. O tecido urbano e seus usos balizam esses interesses dicotômicos “por meio da hibridação de materiais, de estéticas, estilos e técnicas, assim como pelos usos, sentidos, representações e intencionalidades dos inúmeros processos de gentrificação” (Paes, 2017, p. 668)

Mesmo o estudo assumindo um caráter de uso e reapropriações urbanas hodiernas, o passado de ocupação colonial portuguesa não exaure a herança dos primeiros habitantes desta região – os indígenas. A presença desse povo, encontrada no Complexo do Ver-o-Peso, está enraizada em nossas características físicas, miscigenadas com outras raças e entrelaçadas na culinária, por meio do saber fazer. A transformação da mandioca em farinha e no tucupi, ambos sempre presentes nas mesas paraenses, os artefatos de uso doméstico como vasilhas cerâmicas, as redes que embalam nossa vida e acalantam nossas dores aliviadas com receitas medicinais de plantas, sementes e óleos extraídos da floresta amazônica fazem parte da materialidade “para além da pedra e cal”.

Contudo, o enriquecimento proporcionado pela exploração da borracha na Amazônia, mostra-se evidenciado no decorrer de edificações da paisagem urbana, como palácios governamentais, praças, teatros, mercados, igrejas e ruas estreitas presentes nos bairros da Cidade Velha e Campina. Costa (2014, p. 57) demonstra que “são com estas constantes transformações que as cidades se caracterizam enquanto um objeto possuidor de tempos e espaços singulares e universais e, para seu estudo, a arqueologia pode e tem muito a contribuir”. A partir dessa abordagem, refletimos sobre a formação do espaço urbano em torno da Praça do Carmo, evidenciando as relações e apropriações sociais do cotidiano citadino e do ambiente construído.

Os diferentes significados que se atribui aos espaços públicos, conforme Smith e Low (2006) partem da relação e do significado que as pessoas estabelecem nessa interação, que são regulamentadas pelas políticas públicas. A intensidade, as dinâmicas dos movimentos, o controle de acessos, o monitoramento de comportamentos são normas de uso que podem ser explícitas ou veladas, obedecidas ou ignoradas, excludentes ou inclusivas, gerando um sentimento de desigualdade quando nesse lugar se reproduz a vida privada, no qual valores burgueses se sobrepõe aos das classes sociais menos beneficiadas.

De acordo com Hamilakis (2009), o uso não oficializado de práticas cotidianas pode ser estigmatizado como depredação, contudo poderá ser um ato de resistência a exigência de uso pelo poder público. Quais as mensagens que essas paisagens referenciam? Existe segregação social aliada a interesses econômicos e políticos? Quais comportamentos e experiências humanas são relacionadas ao meio ambiente e conformação urbana?

Segundo Godoy (2014, p. 10), “a questão da inclusão, da participação, ou da parceria com o público em sítios históricos é demasiadamente complexa”, haja vista que a relação cotidiana com o lugar, que é herança

física e que ao mesmo tempo mantém em seu cerne os usos e desusos do contemporâneo, pode causar dicotomias em abordagens participativas, impossibilitando-as ou não.

Trazendo a intervenção ocorrida nos anos 1990 na Praça do Carmo como exemplo ilustrativo para a afirmação desta autora, e a partir de correlações com a pesquisa de Fernandes (2014), a expectativa e reação das ações no sítio com as comunidades locais não foram as esperadas pelo Poder Público. Isso porque as apropriações da referida paisagem defendem a multiplicidade de diferentes vozes. Vozes essas que não foram ouvidas e que transitam na dinâmica cotidiana não oficial de uso, interferindo no lugar e mostrando que ele ainda está em transformação pelos seus usos, não-usos, destruição e conservação, o que dá subsídios para a formação de registros arqueológicos no contemporâneo (Edgeworth, 2006).

Godoy (2014) e Fernandes (2014) confirmam o discurso de que Belém precisa de um esforço institucional conjunto para que seu patrimônio seja um elemento de qualificação do espaço, sem a intencionalidade de propor normas que impeçam sua utilização ou que o congele no tempo. Concomitantemente a essa evidência, o poder público municipal de Belém atualmente revisa o Plano Diretor da cidade com avaliação das leis que regem o Centro Histórico e regulamentam o uso do solo.

Na ênfase ao momento estratégico da sistematização de normas, com caráter relevante para a consecução das ações e direcionamentos que visem às suas respectivas implementações, a ação do PAC2 Cidades Históricas assume um cenário de relevância neste esforço de construção e alinhamento compatibilizado e compactuado entre as esferas governamentais e a população cidadina para um entendimento coletivo e pactuado da área do Centro Histórico de Belém. Assim sendo, faz parte de uma pesquisa maior a busca em delinear um entendimento acerca dos interesses dos atores envolvidos e das instâncias que objetivam, de alguma forma, estimular o âmbito cultural como mercado (Gonçalves, 2007, 2015; Paes, 2017).

A monumentalidade evidenciada em detrimento das vivências cotidianas omite as afetividades e o caráter de pertencimento àquele lugar que, a partir das múltiplas experiências e das dinâmicas de apropriação, oferecem atributos que deveriam ser considerados na seleção e patrimonialização realizada pelo poder público acerca dos bens a serem preservados. Castañeda (2008) aciona a etnografia e a associa à Arqueologia para se aproximar do objeto de pesquisa, produzindo e transformando a experiência, de maneira ética e responsável, em conhecimento científico; e, por intervenção da arqueologia etnográfica, para, para entender as práticas de apropriação da materialidade do passado na atualidade.

Segundo Velho (1987, p. 128), ao observarmos o que nos é familiar, acionamos mecanismos atrelados à nossa maneira de ver e estar no mundo, e essa relação “pode constituir-se em impedimento se não for relativizado e objeto de reflexão sistemática (...), o meu conhecimento pode estar seriamente comprometido pela rotina, hábitos, estereótipos”. Contudo, para ele, a familiaridade perpassa as experiências comuns vivenciadas pelo pesquisador e pesquisado, permitindo um coeficiente de influência mútua peculiar a esse contato e cuja aproximação precisará ser relativizada por aspectos espaciais, sociais, econômicos e circunstanciais.

Este estudo pontua debates acerca do reconhecimento de patrimônios construídos ou inventados pelo Estado, evidenciando que o poder legal institui os bens a serem preservados com seus usos, desconhecendo e desconsiderando a realidade de grupos que convivem diariamente com a materialidade desse patrimônio. A produção do que seria patrimonializável é construída por meio de meio deles e normas e regulações. No campo político de reconstituição de identidades, por lógicas domesticadas e não questionadas, por visões de mundo particulares dos agentes do Estado que detêm o poder de intervir de forma direta e compulsória na vida de

uma coletividade. Para mudarmos o modo de intervir na vida desses grupos, precisamos mudar a forma de abordagem nesses sítios arqueológicos em formação.

REFLEXÕES FINAIS

A paisagem da urbe, a partir de uma simples contemplação, não demonstra as teias de arranjos tecidas por intermédio de legislações e de interesses estruturalmente institucionalizados. Um olhar mais aprofundado e reflexivo problematizará o tema ao evidenciar as conveniências e os proveitos dos beneficiados, dos prejudicados e do contexto social e político contemporâneo ao estabelecimento de leis e normativas, que muitas vezes não são avultadas no vivenciar de grupos sociais. Experiências na e da urbe são relevantes como contribuições ao desenvolvimento de pesquisas que difundam e transpareçam entraves e reflexões sobre os usos e desusos do Centro Histórico.

A valorização da relação de edificações com a escala humana e social é observada em diversas cidades históricas. Belém não se dissocia dessa narrativa. A sociedade é decorrente de todo um passado que não pode ser ignorado. Na capital paraense, normativas conduzem intervenções, ocupações de áreas históricas e usos de edificações situadas em zonas memoráveis de ocupação colonial portuguesa e de enriquecimento gerado pela exploração da borracha na Amazônia. Esse passado perpetua-se hoje na paisagem urbana existente nos bairros da Cidade Velha e Campina, sendo vivenciado e manipulado pelas pessoas do presente. Sendo assim, cabe ao pesquisador analisar a cultura material produzida no passado, relacionando-a ao contexto social no qual está inserida no presente e às práticas, complexidades e peculiaridades de sua apropriação.

A participação das pessoas envolvidas nos processos de reconhecimento patrimonial é de importância fundamental, uma vez que a multivocalidade do valor cultural das referências é dada não somente pelos técnicos especializados, utilizando critérios próprios de seus respectivos ofícios; mas principalmente pelo valor de testemunho histórico e de concentração de memórias e significados atribuídos pelo grupo social ao bem patrimonializado. Com este tipo de valor é possível rastrear os diversos significados do sítio em formação, não somente os descrevendo, mas simultaneamente os contextualizando em uma abordagem multissituada.

A partir disso, questões como estas nos incitam a refletir: Como a paisagem opera no emaranhado das relações sociais e materiais? Como a Praça do Carmo fornece possibilidades para o desempenho e formação de identidades? Questionamentos que precisam de mais vivências para serem respondidos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará; à minha orientadora do Doutorado, Prof^a Dr^a Renata de Godoy; ao Prof^o Dr. Diogo Costa; aos colegas, professores e meu esposo, os quais estiveram presentes na mesa do bar Nosso Recanto, na Praça do Carmo.

REFERÊNCIAS

- Bezerra, M. (2013). Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia. *Revista de Arqueologia Pública*, Campinas, n.7, 107–122.
- Castañeda, Q. E. (2008). The "Ethnographic Turn" in Archaeology: research positioning and reflexivity in Ethnographic Archaeologies. In Castañeda, Q. E. & Matthews, C. N. (Orgs.). *Ethnographic Archaeologies: reflections on stakeholders and archeological practices*. United Kingdom: Altamira Press, Plymouth, 25–61.
- Certeau, M. de. (1998). Práticas de espaço. In *A invenção do cotidiano - Artes de fazer*. 3. ed. Tradução: Ephaim Ferreira Alves. Petrópolis: Editora Vozes, 169–220.
- Choay, F. (2011). *As questões do património: antologia para um combate*. Tradução: Luís Filipe Sarmiento. Lisboa: Edições 70.
- Choay, F. (2015). *Alegoria do património*. 2. ed. Tradução: Teresa Castro. Lisboa: Edições 70.
- Costa, D. M. (2014). O Urbano e a Arqueologia: uma fronteira transdisciplinar. *Vestígios- Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, Belo Horizonte, 8(2), 45–71.
- DaMatta, R. (1981). Trabalho de Campo. In *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Petrópolis: Vozes, 143–150.
- Edgeworth, M. (2006). Multiple Origins, Development, and Potential of Ethnographies of Archaeology. In Edgeworth, M. *Ethnographies of Archaeological Practice: cultural encounters, material transformations*. New York: Altamira, 1–19.
- Fernandes, G. C. B. (2014) *Um buraco no meio da praça: múltiplas percepções sobre um sítio arqueológico em contexto urbano amazônico- o caso de Belém, Pará*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém.
- Fonseca, M. C. L. (2009). Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In Abreu, R. & Chagas, M. (Org.). *Memória e Patrimônios: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 59–79.
- Godoy, R. de. (2014). Arqueologia e o Público em Sítios Históricos: uma reflexão. *Habitus*, Goiânia, 12(1), 9–22.
- Gonçalves, J. R. S. (2005). Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 11(23), p. 15–36.
- Gonçalves, J. R. S. (2007). Os Limites do Patrimônio. In Lima Filho, M. F.; Beltrão, J. F.; Eckert, C. (Orgs.). *Associação Brasileira de Antropologia. Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 239–248.
- Gonçalves, J. R. S. (2015). O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 28(55), 211–228.
- Hamilakis, Y., & Anagnostopoulos, A. (2009). *What is Archaeological Ethnography? Public Archaeology: archaeological ethnographies*. 8(2-3). 65-87. Retrieved https://www.researchgate.net/publication/228853824_What_Is_Archaeological_Ethnography
- Hamilakis, Y. (2015). *Arqueología y los sentidos experiencia, memoria y afecto*. Tradução: Nekbet Corpas Cívicos. Madrid: JAS Arqueología Editorial. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/340610526_Hamilakis_Y_2015_Arqueologia_y_los_Sentidos_Experiencia_Memoria_y_Afecto_Madrid_JAS_ArqueologiaTraduccion_de_Nekbet_Corpas_Civicos
- Caúla, A. et al. (2020). Narrar por Transversalidades I- Jogo de Intrigas. In Jacques, P. B; Pereira, M. da S. & Cerasoli, J. F. (Org.). *Nebulosas do Pensamento Urbanístico*. Tomo III Modos de Narrar. Salvador: EDUFBA, 174–186.

- Laplantine, F. (2000). *Aprender antropologia*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- Lima, A. B. M. (2014a). Apresentação - O que é fenomenologia? In Lima, A. B. M. (Org.). *Ensaio sobre fenomenologia: Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty*. Ilhéus: Editus, 9–14.
- Lima, A. B. M. (2014b). A relação sujeito e mundo na fenomenologia de Merleau-Ponty. In Lima, A. B. M. (Org.). *Ensaio sobre fenomenologia: Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty*. Ilhéus: Editus, 103–118.
- Magnani, J. G. C. (2002). De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 17(49), 11–29.
- Paes, M. T. D. (2017). Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. *Revista Geosp - Espaço e Tempo*, São Paulo, 21(3), 667–684.
- Pallasmaa, J. (2006). A geometria do sentimento: um olhar sobre a fenomenologia da arquitetura, In Nesbitt, K. (Org.). *Uma nova agenda para a arquitetura*. Antologia teórica (1965-1995). São Paulo: Cosac Naify, 481–489.
- Pallasmaa, J. (2011). *Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos*. Tradução: Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman.
- Pellini, J. R. (2014) Paisagens: práticas, memórias e narrativas. *Habitus*, Goiânia, 12(1), 125–142.
- Pellini, J. R. (2016). Rituais: afetos, sentidos e memórias. Uma proposta. *Habitus*, Goiânia, 14(1), 141–156.
- Rocha, A. L. C., & Eckert, C. (2002). Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana. *Revista Iluminuras – Publicação Eletrônica do Banco de Imagens e Efeitos Visuais*, Porto Alegre, n.44.
- Schulz-Norberg, C. (2006). O fenômeno do lugar, In Nesbitt, K. (Org.) *Uma nova agenda para a arquitetura*. Antologia teórica (1965-1995). São Paulo: Cosac Naify, 444–461.
- Silva, H. R. S. (2009). A situação etnográfica: andar e ver. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 15(32), 171–188.
- Smith, N., & Low, S. (2006). Introduction: The imperative of Public Space. In Smith, N.; Low, S. (Orgs.). *The Politics of the Public Space*. New York: Routledge, 1–16.
- Soares, F. C. (2018). Resenha Pellini, J. R.; Salerno, M.; Zarankin, A. (Orgs.). *Coming to senses: topic in sensory archaeology*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2015. *Habitus*, Goiânia, 16(2), 449–454.
- Synnstvedt, A. (2006). Who wants to visit a Cultural Heritage Site? A walk through an Archaeological Site with a Visual and Bodily Experience. In Russel, I. (Org.). *Images, Representations and Heritage*. New York: Springer, 333–351.
- Sousa, A. C. (2005). Arqueologia da paisagem e a potencialidade interpretativa dos espaços sociais. *Habitus*, Goiânia, 3(2), 261–290.
- Tilley, C. (2004). Round Barrows and Dykes as Landscape Metaphors. *Cambridge Archaeological Journal*, United Kingdom, 14(2), 185–203.
- Tilley, C., & Cameron-Daum, K. (2017). The anthropology of landscape: materiality, embodiment, contestation and emotion. In *Anthropology of Landscape: the extraordinary in the ordinary*. London: UCL Press, 1–21. Retrieved from https://www.jstor.org/stable/j.ctt1mtz542.7?seq=1#metadata_info_tab_contents
- Tuan, Y. (1983). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL.
- Velho, G. (1982). Literatura e desvio. In Alexandre Eulálio et al. (Org.). *Caminhos cruzados: linguagem, antropologia e ciências naturais*. São Paulo: Brasiliense, 81–87.
- Velho, G. (1987). Observando o familiar. In *Individualismo e Cultura: Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 121–132.

- Velho, G. (2011). Antropologia Urbana: interdisciplinaridade e fronteiras do conhecimento. *Mana*, Rio de Janeiro 17(1), 161–185.
- Velho, G., & Kuschnir, K. (2003). O desafio da proximidade. In *Pesquisas Urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 11–19.
- Veloso, M. (2006). O fetiche do patrimônio. *Habitus*, Goiânia, 4(1), 437–454.
- Walsh, K. (1995). A sense of place - a role for cognitive mapping in the 'postmodern' world? In Hodder, I. *et al.* (Orgs.). *Interpreting Archaeology: finding meaning in the past*. New York: Routledge, 131–138.